



**MUNICÍPIO DE CUBA**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA N.º 33**

**04-01-2022**

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Aos quatro dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Filipe Domingos Candeias Chora, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.-----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

*(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico).* -----



Foi dado a conhecer o decreto lei que prevê a possibilidade de protelar até dia 3 de abril de 2023 a receção da transferência de competências por parte das autarquias no domínio da Ação Social.

Na sequência desse diploma foi assinado ontem, dia 3 de janeiro, um acordo setorial de compromisso entre o governo e a associação nacional de municípios portugueses (anmp) que contém diversas alterações àquelas que eram as premissas pelas quais as autarquias iriam exercer essas competências.

Face as estas novas situações o executivo solicita aos serviços técnicos a elaboração de um documento que apresente as situações em cima mencionado de forma a que o mesmo possa ser apreciado na reunião de câmara de 18 de janeiro e posteriormente remetido para a sessão de fevereiro da Assembleia Municipal.

-----  
**BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 03 DE JANEIRO DE 2023: € 225 627,54.** -----  
-----

**ORDEM DO DIA:** -----

**1. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL DE VILA RUIVA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido da “Associação Cultural e Juvenil de Vila Ruiva”, autorizou, com uma redução de 50% do valor das taxas correspondentes, a emissão de uma licença especial de ruído para a festa de passagem de ano a realizar no Centro Cultural de Vila Ruiva das 20.00h de 31/12/22 às 06.00h de 01/01/2023. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a referida informação deliberou autorizar a emissão da licença especial de ruído; -----

Mais deliberou a Câmara reduzir em 50% o valor das taxas devidas com a emissão da mesma, com os votos contra dos Vereadores do PS que entendem que não deve haver



redução mas isenção da taxa a pagar. -----



**2. DIAMANTINO ROCHA MONTEIRO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido do Sr. Diamantino Rocha Monteiro, arrendatário do espaço comercial “Colombos Bar”, sito na Rua Álvaro de Castelões, n.º 20, em Cuba, autorizou a emissão de duas licenças de ruído para as festas de Inauguração do espaço e Festa de Passagem de ano, nos dias 30 e 31 de dezembro/22, nos seguinte horários: -----

- No dia 30 de dezembro das 21.00h às 2.00h; -----
- No dia 31 de dezembro das 21.00h às 6.00h. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

**3. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DA MATA PARA FESTA DE PASSAGEM DE ANO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido do Sporting Clube de Cuba, autorizou a cedência do Pavilhão Multiusos da Mata, a título gratuito, para a realização de uma festa de Passagem de Ano. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

**4. ANA MARIA PIRES JANEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO EM PRESTAÇÕES. PRÉDIO SITO NO ROSSIO DE SÃO VICENTE, N.º 4, EM CUBA -----**



Solicita a Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Pires Janeiro, o pagamento das rendas de habitação que tem em dívida no valor de 183,00, sem agravamento, em prestações mensais de 20,00 €, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade.

O valor em dívida é 183,00 acrescido de 20% de agravamento perfaz o valor de 219,60, referente aos meses de Maio, Julho, Novembro e Dezembro de 2022.

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 202/2022, da Subunidade Administrativa, deliberou satisfazer a pretensão da requerente, possibilitando o pagamento de forma faseada. -----

##### **5. DAMIÃO DOS REIS RAMOS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APANHA DE PINHAS.**

Foi presente à Câmara a Informação nº 126/2022, DAODS/SAJAI, da autoria da Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

“Foi-nos presente o pedido do Sr. Damião dos Reis Ramos que solicita autorização para apanha de pinhas no prédio rústico denominado Rocio, art.º 221, secção E, em Cuba. -----

*Quid iuris?* -----

O regime jurídico da colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro -manso) em território continental encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio. -----

De harmonia com o nº 1 do art.º 4.º do citado diploma, a colheita de pinhas não é permitida entre 1 de abril e 1 de dezembro. -----

Por seu turno, o n.º 1 do art.º 5.º estabelece que “a colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro - manso) estão sujeitos a comunicação prévia obrigatória ao ICNF, I. P.”, que é efetuada através do Sistema de Informação da Pinha (SIP), disponibilizado através do sítio de internet do ICNF ou do Balcão Único Eletrónico do portal do cidadão mas estão dispensados desta comunicação tais atividades quando não excedam o limite de até 10Kg e se destinem a autoconsumo (*vide* nº 2 desse artigo). -----

Este é o procedimento a que está sujeita a apanha de pinha, cujo incumprimento está sujeito a procedimento contraordenacional, nos termos exarados nos artigos 12º a 16º do citado diploma legal. -----



Por outro lado, tratando-se de pinhas provenientes de pinheiros mansos de propriedade do Município de Cuba, caberá à Câmara Municipal, no uso das competências plasmadas nas alíneas g) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (*"Compete à Câmara Municipal (...) adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG" e "Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*), deliberar sobre o destino a dar às pinhas e sobre a forma de como tal se processará. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, remeter o presente pedido para ser deliberado pelo órgão executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente. -----

#### **6. PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PROIBIDO NA RUA DA PRAÇA E TRAVESSA DAS ALMAS EM FARO DO ALENTEJO. -----**

Solicitou o Presidente da Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, que seja analisada a colocação de sinalização rodoviária vertical de Trânsito Proibido na Rua da Praça e na travessa das Almas, com o objectivo de facilitar o acesso pedonal da população aos serviços aí instalados, nomeadamente Centro de Dia, Junta de Freguesia e terminal Multibanco.

Sob o ponto de vista técnico considero não existir inconveniente na pretensão requerida, atendendo a que existem alternativas de circulação sem criar qualquer constrangimento no local.

No entanto deverá esta sinalização ter a seguinte informação complementar:

- Na Travessa das Almas, excepto moradores
- Na Rua da Praça, excepto cargas e descargas e pessoas com mobilidade condicionada

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a colocação da sinalização pretendida com as especificidades e exceções constantes da informação. -----

#### **7. ALTERAÇÃO Nº10 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2022. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a alteração n.º 10 ao Orçamento e Gop's de 2022, que seguidamente se transcreve:

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, " As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orça-



mental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadmissíveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevisíveis. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial".

Na alteração n.º10 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com: artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais, material de escritório, outro material-peças, ferramentas e utensílios, encargos das instalações, conservação de bens, locação de material de transporte, locação de outros bens, deslocamentos e estadas, outros trabalhos especializados, despesas diversas (impostos e taxas, outras), serviços diversos e despesas com operações financeiras (juros e serviços bancários).

A nível das despesas com o pessoal, os reforços ocorreram para fazer face a despesa com a segurança social- contribuições entidade contratante (apuramento anual) – avenças.

A nível da receita, as modificações surgem entre diversas rubricas, de modo a não existirem previsões inferiores às receitas cobradas.

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2002/2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a aquisição de um aquecedor a óleo;

02 244 2016/3 ação4- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a licença anual de software de gestão (ZMC's);

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

02 211 2009/5002 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com contrato programa (encontro de contas com o Centro de Estudos ,conforme deliberação dos órgãos);

02 211 2002/5003 ação 1, subação 6 e 10- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto;

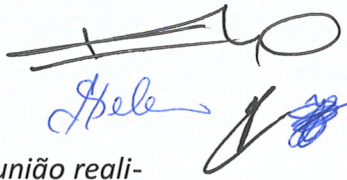
02 221 2021/5001 ação3- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com as quotas da rede dos Municípios saudáveis;

02 244 2018/5001- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a componente fixa da água;

04 420 2002/5028 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à transferência de verbas , encargos com atos eleitorais.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que "*Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da*



  
Hele

competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----  
-----

**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----**

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro  
“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,20 horas. -----  
-----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

